

**ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CONSÓRCIOS PÚBLICOS BRASILEIROS:
Uma análise sistemática**

Guilherme Arevalo Leal

guilherme.leal@uscsonline.com.br

Celso Machado

celso.junior@online.uscs.edu.br

Luis Paulo Bresciani

luis.bresciani@fgv.br

Palavras-chave: consórcios públicos, análise sistemática, revisão sistemática, federalismo, municipalidade, inovação na gestão.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar de a Lei de Consórcios nº 11.107 datar de 2005, as associações entre entes federativos se originam previamente, identificando-se associações de governos municipais desde os anos 1960. Pode-se entender a Constituição Federal de 1988 como um grande marco do consorciamento público no país, uma vez que dos 594 consórcios atualmente mapeados no Brasil, menos de uma dezena data de antes de 5 de outubro de 1988 (data constitucional brasileira).

O presente estudo buscou realizar uma análise sistemática sobre a produção acadêmica relacionada aos consórcios públicos, sem restrições temporais no levantamento dos dados. Para isso, serão exploradas as principais bases científicas: Scholar Google, Scielo e através do CAFe da CAPES foram consultadas as produções disponíveis em Web of Science, Scopus e Spell. O

artigo apresenta uma breve contextualização do tema e em seguida expõe sua metodologia e discussão dos resultados obtidos.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

A pergunta central do trabalho consiste em: Qual a configuração dos principais estudos acerca de consórcios públicos no Brasil?

Para responder tal pergunta, serão analisados dados das principais publicações no tema de consórcios públicos no Brasil, identificando principais periódicos, classificação de tais periódicos, localidade onde os artigos foram originados, categorização dos consórcios abordados nos estudos, tipo de abordagem metodológica, objetivo dos trabalhos, principais autores. Ao final, será apresentada uma tabela com o conteúdo obtido.

1.2 Justificativa

Compreender o conteúdo precursor acerca de consórcios públicos é fundamental para o desenvolvimento de novos trabalhos científicos. Compreender quais são os principais pontos de sucesso e dificuldades dos consórcios, as melhores metodologias e os resultados mais frequentes abre espaço na literatura para realização de novos estudos que venham a confirmar ou questionar os resultados precursores obtidos.

2. METODOLOGIA

A revisão sistemática existe para possibilitar análise de diferentes produções científicas acerca de um mesmo conceito, sendo útil para contemplar o processo de pesquisa, produção e resultados de múltiplas fontes, em meio ao grande volume de publicações (Cordeiro et al., 2007).

Para compor uma base de produções para a análise sistemática, é fundamental aplicar critérios com rigor científico e obedecer determinadas etapas (Donato & Donato, 2019) como esclarecer as fontes de consulta, definir critérios de inclusão/exclusão, apresentar uma estratégia de pesquisa e determinar a quantidade de estudos que serão incluídos.

Neste trabalho, optou-se por primeiramente por estabelecer as bases de dados a serem consultadas, sendo elas:

Scholar Google

Scielo

CAFe da CAPES

Web of Science

SCOPUS

SPELL

Nas bases supracitadas, foram pesquisados os termos “consórcio público” e “consórcios públicos” para se obter todo e qualquer trabalho inerente ao tema desde o título, palavras-chave, resumo ou conteúdo. Descobriu-se então que o universo (população) a ser trabalhado neste caso era de 13.875 produções científicas, antes da aplicação de qualquer filtro adicional.

Para se ter uma base estatística como pano de fundo ao longo da aplicação dos filtros, optou-se por aplicar a fórmula determinante de tamanho de amostras (Noordzij et al., 2011) observando que por se tratar de uma análise de produções acadêmicas haveria possibilidade de se tolerar uma margem de erro de até 10%, significando 90% de precisão da análise (Lakens, 2022), sendo que estudos com níveis de precisão superior tendem a ser utilizados para fins puramente quantitativos ou médicos, o que não é objetivo deste estudo, composto por etapas quantitativas e qualitativas (Gil & Reis Neto, 2021).

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 * p (1 - p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 * p (1 - p)}{e^2 N}\right)}$$

Onde **N** = população, **e** = margem de erro, **z** = escore z e **p** = desvio padrão

N = 13.843 artigos, **e** = 10%, **z** = 1.65 (equivalente a 90% de confiança) e **p** = 5%

Aplicada a fórmula, foi obtido um número recomendado amostral de 68 observações a serem obtidas para que fosse possível realizar inferências sobre a população com precisão de 90%.

O passo seguinte foi aplicar os filtros primários e secundários nas bases escolhidas para a obtenção de um número final de artigos a ser considerado as etapas a seguir foram realizadas ao longo do mês de abril de 2022.

Dentre os filtros iniciais foram contemplados os seguintes procedimentos:

1. Remoção de citações, teses, dissertações e monografias (deixando apenas artigos).
2. Remoção de artigos referentes a outros países e regiões que não pertencem ao Brasil.
3. Remoção de artigos que não abordassem prioritariamente consórcios públicos.
4. Remoção de publicações que não tiveram revisão por pares ou revisão editorial.

Resultado: 948 artigos

Dentre os filtros secundários foram contemplados os seguintes procedimentos:

5. Ordenação dos artigos por relevância e/ou quantidade de citações.
6. Obtenção dos artigos das 5 primeiras páginas dos resultados de busca de Scholar Google e CAPES (sendo 10 artigos por página, 50 do Scholar Google e 50 CAPES CAFe).

Eliminar duplicidades entre Scholar Google e CAPES CAFe.

Resultado: 76 artigos (superando a recomendação amostral)

Em seguida, os 76 artigos resultantes do processo foram organizados em software Excel e NVivo de acordo com distribuição temporal, autores, palavras-chave, objetivo, metodologia, resultados, contribuições e local estudado. Os dados foram analisados para composição de tabelas, gráficos e nuvens de palavras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As tabelas e figuras abaixo apresentam os principais resultados obtidos na pesquisa.

Tabela 1 – Classificação das publicações quanto ao periódico:

Periódico	Quantidade	% do Total	Classificação
REDES St Cruz Online	7	9%	A3
Ciência & Saúde Coletiva	4	5%	A3
RAP Revista de Administração Pública FGV	4	5%	A2
Cadernos Adenauer	3	4%	B2
Revista Brasileira de Gestão Urbana	3	4%	A1
Revista de Administração Pública FGV (EBAPE)	3	4%	A2
Revista de Políticas Públicas	3	4%	A1
Revista do Serviço Público	3	4%	A4
Cadernos de Saúde Pública	2	3%	A3
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	2	3%	A4
Revista Controle: Doutrinas e artigos ISSN 1980-086x	2	3%	C
Revista de Saúde Coletiva	2	3%	B4
Revista de Saúde Pública	2	3%	A3
Revista Eletrônica Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785	2	3%	B3
Saúde e Sociedade	2	3%	B3
Outras	32	42%	Variado
Total	76		

Classificação	Quantidade	% do Total
A1	6	7,9%
A2	7	9,2%
A3	18	23,7%
A4	5	6,6%
B1	0	0,0%
B2	3	3,9%
B3	4	5,3%
NA	33	43,4%
Total Geral	76	100,0%

Fonte: os próprios autores.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos selecionados por Estado e região

Localidade	Ocorrências	% Total
Brasil	19	25%
Estados	57	75%
Total	76	100%

Localidade	Ocorrências	% Total
Paraná	13	20,6%
MinasGerais	8	12,7%
RioGrandedoSul	7	11,1%
SantaCatarina	7	11,1%
Ceará	6	9,5%
SãoPaulo	5	7,9%
Pernambuco	3	4,8%
Paraíba	2	3,2%
RiodeJaneiro	2	3,2%
Tocantins	2	3,2%
Bahia	2	3,2%
Amazonas	1	1,6%
DF	1	1,6%
Goiás	1	1,6%
Maranhão	1	1,6%
MatoGrosso	1	1,6%
Roraima	1	1,6%
Total	63	100,0%

Região	Ocorrências	% Total
SUL	27	42,9%
SUDESTE	15	23,8%
NORDESTE	14	22,2%
NORTE	4	6,3%
CENTRO-OESTE	3	4,8%
Total	63	100%

Fonte: os próprios autores.

Figura 3 – Nuvem método Empregado



Figura 4 – Nuvem de objetivo



Fonte: os próprios autores.

Figura 5 – Nuvem títulos dos trabalhos



Fonte: os próprios autores.

REFERÊNCIAS

BROIETTI, C., SOUZA, J. A. S., FLACH, L., SILVA, G. C., & FERREIRA, C. D. (2020). O impacto dos consórcios públicos no gasto ambiental nos municípios do sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 23, 0–2.

FILIPPIM, E. S., MOREIRA, E. A., & CETOLIN, S. F. (2018). Consórcios Públicos e Desenvolvimento: o caso do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina. *Redes*, 23(3), 165. <https://doi.org/10.17058/redes.v23i3.6284>

LUI, L., & SCHABBACH, L. M. (2020). Cooperação intergovernamental e consórcios públicos: uma análise da celebração de convênios. *Ciências Sociais Unisinos*, 56(1), 13–25. <https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.02>

STRELEC, T., & FONSECA, F. (2012). Alcances e Limites da Lei dos Consórcios Públicos—um balanço da experiência consorciativa no estado de São Paulo. *Cadernos Adenauer*, 4, 145–140.

LEITE, M. E., KARINA, N., & PRIMO, M. (2012). Os Consórcios públicos intermunicipais do norte de minas no enfrentamento dos desafios da gestão municipal. 5–17.

ROTTA, E., & FRANQUI, L. H. T. (2019). Saneamento básico na região das Missões: realidade e desafios na implantação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento. *Redes*, 24(3), 313–333. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.9894>